

# Se o sistema mudar, serão 81 observadores

101

Tal como os reis, em caso de vitória do parlamentarismo republicano, os 81 senadores continuariam símbolos da unidade nacional — atribuição também dos soberanos —, mas com uma diferença em relação ao que hoje ocorre no presidencialismo: sofreriam a mesma restrição imposta aos monarcas, de não participar da política do governo. É a Câmara que escolhe o primeiro-ministro e aprova seu programa. O Senado só observa.

Na emenda parlamentarista, os senadores são lembrados vagamen-

te. Continuam com a função de julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade, desde que o processo seja autorizado pela Câmara. Como na próxima edição do *Guinness Book of World Records* Fernando Collor deverá aparecer como único presidente eleito afastado do poder via *impeachment*, será uma oportunidade rara de projeção.

Outra prerrogativa da Câmara é derrubar o governo. Na própria moção de censura, os deputados devem indicar outro primeiro-mi-

nistro e aprovar a nova plataforma. O primeiro-ministro só pode pedir voto de confiança à Câmara. Negada a confiança por maioria absoluta, o governo apresenta sua exoneração. Sem pedir socorro ao Senado.

Os parlamentaristas propõem ainda a criação do Conselho de Defesa Nacional — que seria o órgão de consulta do presidente para manter a soberania. Nesse ponto da emenda, um senador especificamente é citado: junto com o presi-

dente da Câmara, o primeiro-ministro e os ministros da Justiça, das Relações Exteriores e militares, o presidente do Senado seria integrante do conselho.

Na confusa avaliação dos parlamentaristas, os senadores mantêm as atribuições de cuidar das matérias financeiras e aprovar a escolha de autoridades, como ministros do Supremo. Ainda assim, a maioria no Senado defende o parlamentarismo. Mesmo com as funções reduzidas, os mandatos estariam garantidos (V.B.).